



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 53/2021

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1107/2021
Data: 04/05/2021 - Horário: 17:16
Legislativo - PLO 80/2021

Valemo-nos da presente mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa de Leis o anexo Projeto de Lei, visando à criação de nova fonte de recurso e à aprovação de crédito especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos).

O presente Projeto de Lei propõe a abertura de Crédito Especial com recursos de Excesso de Arrecadação, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Convênio celebrado entre o Município de Pato Branco/PR e o Município de Palmas/PR, que tem por finalidade o repasse de recursos financeiros para a Qualificação do Acesso de Urgência e Emergência, integrando o atendimento hospitalar de média e alta complexidade de urgência e emergência, garantindo o acesso aos usuários do Município de Palmas/PR.

O Convênio (anexo) tem a duração de 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 1º de fevereiro de 2021, sendo o valor total firmado entre as partes em R\$ 520.261,44 (quinhentos e vinte mil duzentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 30 de abril de 2021.

ROBSON CANTO
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 80/2021

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

Art. 1º Fica autorizada a criação de nova fonte de recurso e a abertura de crédito especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R\$)
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.03	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
10	Saúde	
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0043	Manutenção da Saúde	
2.117	Manutenção das Atividades do Sistema Municipal de Auditoria	
3.3.90.39 – 382	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	119.226,58

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação para o exercício de 2021, conforme especificado abaixo:

Código	Especificação	Valor (R\$)
0382	Convênio Qualificação do Acesso na Urgência e Emergência - Palmas/PR	119.226,58

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a realizar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 5.033, de 11 de outubro de 2017, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 5.586, de 23 de setembro de 2020), sendo as dotações suplementadas com o excesso de arrecadação do exercício de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

CONVÊNIO DE REPASSE QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E O MUNICÍPIO DE PALMAS-PR.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54 com sede administrativa a Rua Caramuru, 271, Centro, CEP 85.501.060, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Robson Cantu**, portador da cédula de Identidade CIC/RG sob o nº 1.816.183-4 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Pato Branco, doravante denominado **MUNICÍPIO PATO BRANCO**, e o **MUNICÍPIO DE PALMAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.161.181/0001-08, com sede administrativa na Avenida Clevelandia, 521, na cidade de Palmas, Estado do Paraná neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Kosmos Panayotis Nicolaou**, portador da cédula de identidade nº 4.573.515-0/PR, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Palmas-PR, doravante denominado **MUNICÍPIO II**; em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e pela Lei Municipal nº 2078/2012 (do Município de Palmas) e pelos preceitos de direito público, firmam o presente convênio de Metas, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente convênio tem por objetivo, regular a relação entre o **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO** e o **MUNICÍPIO DE PALMAS**, visando o repasse financeiro, para ser destinado exclusivamente a **QUALIFICAÇÃO DO ACESSO NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, de forma a integrar as Redes de Atenção à Saúde e gestão de risco, de forma a integrar atendimento hospitalar e ambulatorial a nível hospitalar de Urgência e Emergência, garantindo desta forma o acesso regular aos usuários do **MUNICÍPIO DE PALMAS**, população em trânsito que venha a ser atendida em nível Regional, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2078/2012 do Município de Palmas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

I – O Município de PALMAS, compromete-se a:

- Realizar o pagamento mensal do Fator de Incentivo ao **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO; EM CONTA ESPECÍFICA A SER INDICADO POR ESTE.**
- Acompanhar, supervisionar, fiscalizar as ações desenvolvidas pelo **MUNICÍPIO PATO BRANCO**, quanto a qualificação do acesso na Urgência/Emergência.
- Indicar membros e integrar a **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**, a qual é formada visando o controle de qualificação do acesso na porta de entrada hospitalar.
- Indicar fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados.

II – O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – compromete-se a:

- Formalizar a relação entre os Hospitais Policlínica e São Lucas, para qualificação do acesso, de forma a integrar as Redes de Atenção à Saúde e gestação risco, integrando o atendimento hospitalar e ambulatorial à nível hospitalar de Urgência e Emergência.
- Atender usuários do SUS na função de Ouvidoria.
- Manter o Programa de Humanização do Atendimento.
- Caberá a **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO** implantar protocolos de atendimento e de retorno aos pacientes determinando o fluxo e contra fluxo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

I – Para execução deste convênio, serão destinados recursos financeiros próprios do Município de Palmas, no valor de **R\$ 10.838,78** (dez mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), mensais, valor este que deverá ser depositado em conta bancária específica (Banco do Brasil, Agência 0495-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx. P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



2, C/C 85.581-2, Fundo Municipal de Saúde de Pato Branco, CNPJ – 80.872.476/0001-51).

II – Após o vencimento dos contratos com os hospitais, referente aos atendimentos de Média e Alta Complexidade de Urgência e Emergência ano, será utilizado para o rateio o histórico dos atendimentos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O MUNICÍPIO PATO BRANCO, apresentará mensalmente Relatório da Qualificação do Acesso, certificado pelo Sistema Municipal de Auditoria, o qual será entregue ao Departamento Financeiro do MUNICÍPIO DE PALMAS para efetuar pagamento conforme boleto bancário.

CLÁUSULA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:

Cabe ao MUNICÍPIO DE PALMAS, bem como o Sistema Municipal de Auditoria, o acompanhamento e a avaliação dos resultados quanto à aplicação dos presentes recursos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

O presente convênio terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO:

O presente convênio o será rescindido:

- Em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;
- Em caso de expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná

- Em caso de não haver repasse de verba específica, por parte do Governo Estadual do Paraná ou Ministério da Saúde.
- Em caso de a União Instituir normas que alterem as condições básicas e que impliquem na impossibilidade de execução deste instrumento;
- Em qualquer dos casos acima deverá ser lavrado "Termo de Encerramento", as devidas justificativas administrativas;
- Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO:

O repasse financeiro será efetuado aos Hospitais em conformidade com os respectivos contratos vigentes.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:


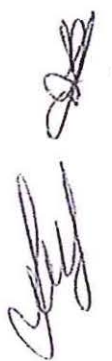
Fica eleito o foro da Comarca de Palmas-PR, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste convênio, assim como para qualquer procedimento judicial decorrente.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Instrumento, com duas (2) testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

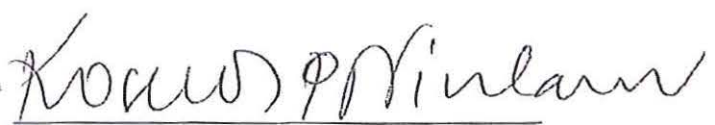
CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TERMOS DO ADITIVOS

O presente convênio poderá ser aditivado para o seu aprimoramento, em conformidade com as normas do Projeto Acesso, nos termos da Lei.

Palmas, 23 de fevereiro de 2021.



Prefeito de Pato Branco



Prefeito de Palmas

Publicado no "DIOEMS" no dia _____ de março de 2021. Edição nº _____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Clevelandia, 521 - Cx P. 111 Fone(46) 3263-7000
CEP 85.555-000 - Palmas - Paraná



TESTEMUNHAS:

Tomisha Maria Salvo

Nome:

RG nº 9505999-6

CPF nº 048.961.599-69

Eduardo Mello Amari

Nome:

RG nº 7.980.150-1

CPF nº 027.432.299-82



PLANO DE TRABALHO	
<input checked="" type="checkbox"/> CONVÊNIO ORIGINAL	
<input type="checkbox"/> TERMO ADITIVO – (PRAZO/VALOR)	
<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO – ELEMENTO DE DESPESA	

ANEXO I – DADOS CADASTRAIS			
I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO PROPONENTE			
01 – CNPJ 76.995.448/0001-54		02- NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE Município de Pato Branco	
03- EXERCÍCIO 2021-2025		04- ENDEREÇO COMPLETO Rua Caramuru	
05- Nº 271		06 – Bairro Centro	
07 – MUNICÍPIO Pato Branco		08- CAIXA POSTAL	
09- CEP 85.501-064		10- UF PR	
11- DDD 46	12- FONE 3220 1544	13- FONE 3224 1500	14- E-MAIL dirauditoria@patobranco.pr.gov.br
15- NOME DO COORDENADOR RESPONSÁVEL PELO CONVÊNIO Lilian Brandalise		16- TELEFONE (46) 3213 1727	
17- E-MAIL XXXXXXXXXXXXXXXXXX			
18 – CONTA BANCÁRIA EXCLUSIVA PARA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CONVÊNIO BANCO: Banco do Brasil			
AGÊNCIA: 0495-2			
Nº DA CONTA: 85.581-2 – Fundo Municipal de Saúde de Pato Branco/PR – CNPJ 80.872.476/0001-51			

ANEXO II – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE				
01 - NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE Robson Cantu				02- CPF Nº 441.436.64968
03 - CARGO OU FUNÇÃO Prefeito	04 - DATA DA POSSE 01 de janeiro de 2021	05 - RG Nº 1.816.183-4	06 – EXPEDIÇÃO 09/02/2015	07 - ÓRGÃO SSP/PR
08 – ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA ARGENTINA 2 APTO 702				
III – OUTROS PARTICÍPES				
01 – NOME Município de Palmas		02 – CNPJ 76.161.181/0001-08	03 – CEP 85.555-000	04 – UF PR
05 – ENDEREÇO Av. Clevelandia, nº 521, Centro		06 – TELEFONE (46) 3263-7000	07 – E-MAIL gabinete@pmp.pr.gov.br	

--

[Handwritten signatures]

ANEXO II - DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Identificação do Objeto

Repasse de recursos financeiros, destinados à **QUALIFICAÇÃO DO ACESSO NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, integrando o atendimento hospitalar de média e alta complexidade de urgência/emergência, garantindo desta forma o acesso aos usuários do Município de Palmas.

Justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio.

Necessidade de apoiar financeiramente o Programa de Qualificação do Acesso na Urgência/Emergência, bem como dar sequência a este atendimento procurando sanar a enfermidade sofrida pelo paciente o mais rápido possível.

Destinatários do Serviço - População beneficiada

População que compreende o Município de Palmas.

Estimativas de Metas a serem atingidas

Qualificar o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade, de urgência/emergência, organização das redes atendimento e as necessidades específicas da população tendo como meta a melhoria da estrutura de atendimento nos hospitais de referência para microrregião.

Etapas/Fases de Execução

Meta 1 – Atendimento ambulatorial e hospitalar de urgência/emergência.

Data Início

01/02/2021

Data Fim

01/02/2025

Valor Previsto (R\$)

520.261,44

ANEXO III – PLANO DE APLICAÇÃO

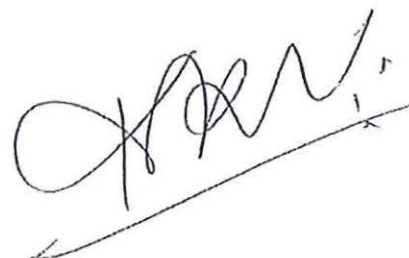
Discriminação	Total/R\$
DESPESAS CORRENTES:	
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	
3.3.90.39.50.00 - Serviços médico-hospitalar, odontol. e laborat.	520.261,44
Total das despesas correntes:	520.261,44

Período de execução:

Início: 2021

Fim: 2025








ANEXO IV - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO					
Repasse do Concedente					
1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela	6ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
19ª parcela	20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
25ª parcela	26ª parcela	27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela	34ª parcela	35ª parcela	36ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
37ª parcela	38ª parcela	39ª parcela	40ª parcela	41ª parcela	42ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78
43ª parcela	44ª parcela	45ª parcela	46ª parcela	47ª parcela	48ª parcela
R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78	R\$ 10.838,78

DECLARAÇÃO DO TOMADOR


Na qualidade de representante legal do proponente DECLARO, para fins de prova junto ao Município de Palmas, para efeitos e sob penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional/ Estadual, ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento,

Em 26/02/2021.



Robson Canli
Prefeito



ELIZANDRA KÓVALSKI NUNES DA SILVA
CRC 058078/0-3





APROVAÇÃO

APROVO o Plano de Trabalho.

Pato Branco, ____/____/____.

Kosmos Panayotis Nicolaou
Prefeito Municipal



PARECER CONTÁBIL

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 80 /2021

EMENTA: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado ao Departamento Contábil para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 80/2021, onde busca o Executivo municipal obter autorização Legislativa para abrir Crédito Especial no exercício de 2021, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos), com recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de recurso vinculada.

O projeto em análise acresce dotação ao orçamento do Município de Pato Branco de 2021, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Convênio celebrado entre os Municípios de Pato Branco e Palmas – PR, que tem por finalidade o repasse de recursos financeiros para a Qualificação do Acesso de Urgência e Emergência, integrando o atendimento hospitalar de média e alta complexidade de urgência e emergência, garantindo o acesso aos usuários do Município de Palmas.

O Executivo Municipal busca abrir crédito especial na seguinte classificação funcional programática:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08.03 – Média e Alta Complexidade

10.302.0043.2.117 – Manutenção das Atividades do Sistema Municipal de Auditoria

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 381

É o sucinto relato. Passo à análise contábil.

** Documento enviado eletronicamente através do SAPL **



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1546



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / contabilidade@patobranco.pr.leg.br





II – FUNDAMENTAÇÃO

A dotação orçamentária observa as especificações do Plano de Contas da Despesa para o Orçamento de 2021 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, conforme segue:

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, exceto as relativas aos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telex, correios, telefonia fixa e móvel, que não integrem pacote de comunicação de dados); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusivo a indenização a servidor); e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso de obrigações não tributárias.
-----------------	--	---

A Lei nº 4.320/64 em seus artigos 40, 41, 42 e 43 trata dos créditos, bem como o art. 167 da Constituição Federal que assim disciplinam:

Lei nº. 4.320/64

Art. 40. São **créditos adicionais**, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

[...]

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 42. Os créditos suplementares e **especiais** serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43 A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º. Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

[...]

II – os provenientes de excesso de arrecadação.

[...]

§ 3º. Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º. Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Constituição Federal

Art. 167 – São vedados:

[...]

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

* Documento enviado eletronicamente através do SAPL *



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1546

✉ <http://www.patobranco.pr.leg.br> / contabilidade@patobranco.pr.leg.br





Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura são:

- a prévia autorização legislativa e
- a indicação de recursos.

Conforme indicado, a cobertura se dará pela utilização de **Excesso de Arrecadação** da seguinte Fonte de Recurso Vinculado não prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2021:

382 – Convênio Qualificação do Acesso na Urgência e Emergência – Palmas/PR

Quanto à compatibilidade das peças orçamentárias, o artigo 3º do projeto autoriza o Executivo a adequar as alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2021, estando em conformidade com o que preceitua a legislação sobre a matéria.

III – CONCLUSÃO

Desta forma, o projeto está apto à normal tramitação regimental da matéria.

Pato Branco, 12 de maio de 2021.

Bárbara Santos Klein Librelato

CRC PR 064892/O-1

** Documento enviado eletronicamente através do SAPL **



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1546



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / contabilidade@patobranco.pr.leg.br





PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1346/2021
Data: 24/05/2021 - Horário: 17:13
Legislativo - PCOF 47/2021

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei Ordinária nº 80/2021

EMENTA: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

AUTOR: Robson Cantu

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 04 de Maio 2021

RELATOR: Rafael Celestrin - PSD

I - RELATÓRIO E ANÁLISE

O Projeto de Lei nº 80/2021 foi encaminhado pelo Prefeito Robson Cantu, a esta Casa Legislativa através da Mensagem nº 53/2021.

Conforme justificativa apresentada, busca o Executivo municipal obter autorização Legislativa para abrir Crédito Especial no exercício de 2021, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos), com recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de recurso vinculada.

O projeto em análise acresce dotação ao orçamento do Município de Pato Branco de 2021, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Convênio celebrado entre os Municípios de Pato Branco e Palmas – PR, que tem por finalidade o repasse de recursos financeiros para a Qualificação do Acesso de Urgência e Emergência, integrando o atendimento hospitalar de média e alta complexidade, garantindo o acesso aos usuários do Município de Palmas.





II - VOTO DO RELATOR

Após análise da matéria, considerando ainda o parecer emitido pela Assessoria Contábil, esta relatoria opta por exarar **parecer favorável** à sua tramitação e aprovação.

Pato Branco, 17 de Maio 2021 .

Rafael Celestrin
Vereador - PSD

III - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, concordam com o voto do relator e exaram **parecer favorável** ao Projeto de Lei nº 80/2021.

Sala das Comissões, 17 de Maio 2021.

Lindomar Rodrigo Brandão - DEM
Presidente da Comissão

Marcos Junior Marini - Podemos
Membro





PROJETO DE LEI Nº 80/2021

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

Art. 1º Fica autorizada a criação de nova fonte de recurso e a abertura de crédito especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R\$)
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.03	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
10	Saúde	
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0043	Manutenção da Saúde	
2.117	Manutenção das Atividades do Sistema Municipal de Auditoria	
3.3.90.39 – 382	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	119.226,58

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação para o exercício de 2021, conforme especificado abaixo:

Código	Especificação	Valor (R\$)
0382	Convênio Qualificação do Acesso na Urgência e Emergência - Palmas/PR	119.226,58

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a realizar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 5.033, de 11 de outubro de 2017, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 5.586, de 23 de setembro de 2020), sendo as dotações suplementadas com o excesso de arrecadação do exercício de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.764, DE 1º DE JUNHO DE 2021

LEI Nº 5.764, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação de nova fonte de recurso e a abertura de crédito especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R\$)
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.03	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
10	Saúde	
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0043	Manutenção da Saúde	
2.117	Manutenção das Atividades do Sistema Municipal de Auditoria	
3.3.90.39 – 382	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	119.226,58

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação para o exercício de 2021, conforme especificado abaixo:

Código	Especificação	Valor (R\$)
0382	Convênio Qualificação do Acesso na Urgência e Emergência - Palmas-PR	119.226,58

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a realizar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 5.033, de 11 de outubro de 2017, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 5.586, de 23 de setembro de 2020), sendo as dotações suplementadas com o excesso de arrecadação do exercício de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 1º de junho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador: 1DA51E53

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/06/2021. Edição 2276

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 8.928, DE 1º DE JUNHO DE 2021

DECRETO Nº 8.928, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Abre crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 5.764, de 1º de junho de 2021;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criada nova fonte de recurso e aberto crédito especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R\$)
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.03	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
10	Saúde	
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0043	Manutenção da Saúde	
2.117	Manutenção das Atividades do Sistema Municipal de Auditoria	
3.3.90.39 – 382	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	119.226,58

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata este Decreto, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação para o exercício de 2021, conforme especificado abaixo:

Código	Especificação	Valor (R\$)
0382	Convênio Qualificação do Acesso na Urgência e Emergência - Palmas/PR	119.226,58

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a realizar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 5.033, de 11 de outubro de 2017, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 5.586, de 23 de setembro de 2020), sendo as dotações suplementadas com o excesso de arrecadação do exercício de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 1º de junho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador: F2D8F127

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/06/2021. Edição 2276
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

3

poros (reflexos, portanto, II – há provisão contratual para tanto, conforme se extra da Cláusula Quarta (IV) Do Resgate ou Abandono do Valor Contratual). II – há disponibilidade orçamentária para tal fim, com previsão específica no FPA, LDO e LOA, que registra o valor das despesas com manutenção e conservação de bens imóveis (art. 30, § 3º, III). c) – conforme Parecer Técnico emitido pela Rua Departamento de Engenharia este atestado que o ativo procede visto que a largura inicial da P-11 projetada para 9 metros, passou para 13,20 metros, já a largura inicial da Alameda 11 projetada em 7,15m, passou para 12,15 metros. Sendo assim, é adicionado 158,60m² (cento e sessenta e cinco metros quadrados e sessenta centímetros) de pavimentação pedicélica na Rua e 143,00 m² (duzentos e quarenta e três metros quadrados) na Alameda 11. Os serviços para execução deste aumento de quantitativo são os mesmos já previstos em planilha 71 - a Lei nº 6.663/93 em seu art. 65, inciso I, alínea b, c, e f, autoriza a sua celebração, Cláusula Terceira - Do Resgate - 11 - O valor certo e ajustado do contrato que era de R\$ 63.777,78 (sessenta e nove mil e sessenta e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), passará a ser de R\$ 81.247,19 (oitenta e um mil e duzentos e quarenta e sete reais e dez e nove centavos), aumentando o valor de R\$ 17.469,41 (dezesseis mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro e quatro centavos), sendo a porcentagem correspondente de 14,43 % do valor contratual. Cláusula Quarta - Da Vigência 11 - Permanecerá em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. II - Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento do Termo de Resgate e do presente Termo, firmam-se em 3 (três) vias de igual teor e forma. Maricá, 31 de Maio de 2021. Município de Maricá – Contratante – Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito



Câmara Municipal de Pato Branco

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pesquisar Matéria Legislativa

[Pesquisa Textual](#) [Adicionar Matéria Legislativa](#) [Fazer nova pesquisa](#)

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 matéria.

Resultados

[PLO 80/2021 - Projeto de Lei Ordinária \(III\)](#)

Ementa:

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 119.226,58 (cento e dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais, e cinquenta e oito centavos) e dá outras providências.

Apresentação: 4 de Maio de 2021

Processo: 80 / 2021

Protocolo: 1107/2021 **Data Entrada:** 4 de Maio de 2021

Autor: Robson Cantu 2021 a 2024 - Prefeito

Localização Atual: DEPARTAMENTO LEGISLATIVO - DL

Status: Redação Final

Data Fim Prazo (Tramitação):

Data Votação: [26 de Maio de 2021](#)

[31 de Maio de 2021](#)

Data da última Tramitação: 31 de Maio de 2021

Última Ação: Encaminhado para elaboração de redação final.

Matéria Anexada: [Parecer Comissão Orçamento e Finanças nº 47 de 2021](#) **Data Anexação:** 24 de Maio de 2021

Documentos Acessórios: [3](#)

[Texto Original](#)

Norma Jurídica Vinculada: [Lei Ordinária nº 5.764, de 01 de junho de 2021](#)

[Acompanhar Matéria](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162-RC8

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons 4.0](#)

[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Pato Branco

Rua Arariboia, 491

CEP: 85501-262 | Telefone: (46) 3272-1500

[Site](#) | [Fale Conosco](#)